

**CI-CPRI**



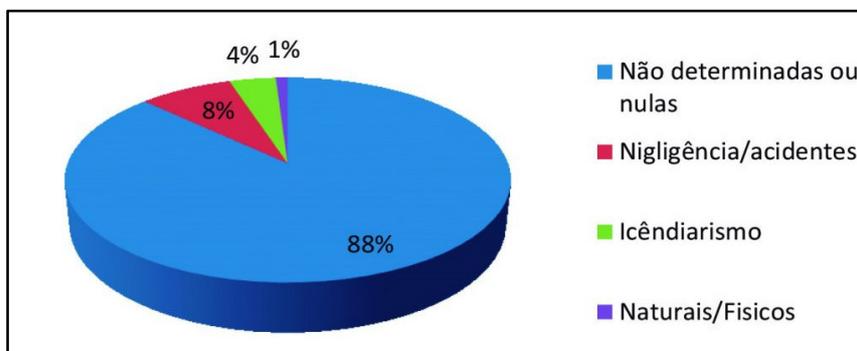
## Políticas para o Interior

### 1. Incêndios Florestais

A opinião pública despertou finalmente para o problema dos incêndios que, só em 2017, mataram oficialmente 109 pessoas (64 em junho e 45 em outubro) e fizeram centenas de feridos, para além de gerarem milhões de euros em prejuízos<sup>1</sup>. O povo manifestou-se, pressionou o poder político a resolver um problema que se arrastava há anos. Como a questão era complexa, foi necessário encarar a situação sob as suas múltiplas frentes.

Em Portugal, o fenómeno dos fogos explica-se num contexto de êxodo rural, de desertificação do interior e de atividade negligente ou até criminal, não apenas de falta de meios de combate às chamas ou de alterações atmosféricas. «Atualmente, a ação humana é determinante na origem dos incêndios florestais.» (Amaral, 2017: Parte III, 3.4)

Gráfico 1: Causas dos Incêndios Florestais



Fonte: Amaral (2017)

<sup>1</sup> «O incêndio de Pedrógão Grande, que deflagrou a 17 de junho e depois se propagou a concelhos vizinhos, fez pelo menos 64 mortos diretos, mais de 250 feridos e cerca de 500 milhões de euros de prejuízos, tendo sido extinto apenas uma semana depois. Dos 64 mortos contabilizados oficialmente, 47 morreram na Estrada Nacional 236, a fugir ao fogo. A devastação terá atingido aproximadamente 500 casas, 169 das quais de primeira habitação, e afetado quase 50 empresas e o emprego de 372 pessoas. A 15 de outubro, já depois da chamada época crítica de incêndios, registou-se o pior dia do ano em número de fogos, com mais de 500, tendo as chamas atingido particularmente 27 concelhos da região Centro, sobretudo os distritos de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Aveiro e Leiria. Na madrugada de 16 de outubro morreram 45 pessoas e cerca de 70 ficaram feridas devido às centenas de incêndios, que destruíram total ou parcialmente cerca de 800 habitações permanentes, quase 500 empresas e extensas áreas de floresta, estando ainda por apurar o valor global dos prejuízos. Estes foram os fogos mais mortais e devastadores no país, mas durante o verão ocorreram outros de grande dimensão, sobretudo na região Centro.» (TSF, 2017)

O Gráfico 1 reúne informação sobre determinantes de incêndios florestais, em percentagem (arredondada). As causas classificam-se como acidentais, naturais, não determinadas, ou por crime de fogo posto. Na falta de provas, cerca de 88% das ocorrências não são explicáveis. Cerca de 4% são oficialmente consideradas fogo posto. Menos de 1% (0,4%) possuem causas naturais. A atividade agrícola, a pastorícia ou a negligente ocupação do espaço são responsáveis por 8% das ignições (Amaral, 2017: Parte III, 3.4).

O que gera várias questões. Primeiro, o debate político centrou-se, durante demasiado tempo, na necessidade de controlar o ambiente, que é a parte mais difícil da equação, num contexto de mudanças climáticas e de aquecimento global. As causas naturais não são negligenciáveis<sup>2</sup>, mas «Com a necessidade de se atingir a temperatura de cerca de 180°C para haver ignição, dificilmente esta é atingida de forma natural, à exceção das faíscas (...)» (Amaral, 2017: Parte III, 3.4).

Segundo, os fogos florestais recebem excessiva cobertura mediática. A imprensa poderia levar em consideração casos específicos como estes, que podem gerar crimes por imitação que se repetem pelo espetáculo que proporciona. Há percepção popular de *incendiários à solta* (ou até de crime organizado, como no incêndio do pinhal de Leiria).<sup>3</sup> O que não é salutar em Democracia, pelo que o poder político devia condenar este tipo de práticas de forma firme e sem hesitações.

**Tabela 1: Criminalidade Geral – Incêndio por Fogo Posto (Floresta, Mata, Arvoredo ou Seara)**

Criminalidade	Ano de 2016	Ano de 2017	Var %	Diferença
Incêndios	8.779	11.221	27,8%	+2.442

Fonte: Sistema de Segurança Interna (2018)

A Tabela 1 dispõe das últimas estatísticas sobre o crime de incêndio por fogo posto, em floresta, mata, arvoredo ou seara em Portugal. Em 2016 registaram-se 8779 casos de crime florestal. Em 2017 foram identificadas mais 2442 ocorrências do que no ano anterior, o que corresponde a um aumento de 27,8% de crime deste género; e estes são apenas dados oficiais, que representam apenas uma parcela da realidade.

No interior, também há referências a ofensas à integridade física, a roubos e a burlas; mormente a pessoas idosas ou que vivem isoladas, que raramente se queixam à polícia por questões culturais ou com medo de represálias; num contexto em que a justiça é lenta

<sup>2</sup> «Os fogos florestais causados por relâmpagos ou por outras causas naturais tiveram desde sempre um papel determinante, na modelação de vários ecossistemas, nomeadamente de tipo mediterrânico. (...) Numa apreciável maioria dos ecossistemas florestais, e considerando uma hipotética e atualmente quase inexistência de sistemas completamente naturais, isto é sem intervenção antrópica, a acumulação de biomassa ao longo dos anos torna inevitável a ocorrência de incêndios, reiniciando-se a sucessão ecológica como nova acumulação de biomassa o que permite a ocorrência de um novo incêndio e o retomar do ciclo.» (Amaral, 2017: Parte III, 3.5)

<sup>3</sup> «O incêndio que devastou o Pinhal do Rei, Leiria, em outubro de 2017, “teve mão criminosa” e “terá sido planeado um mês antes da tragédia”. (...) “Vários madeireiros, entre donos de grandes empresas e donos de fábricas que compram e vendem madeira, estiveram reunidos numa cave de um restaurante, para planearem o incêndio. As reuniões secretas serviram também para acordar os preços da madeira”, apurou a TVI, que revela também que “usaram como engenho incendiário vasos de resina com caruma lá dentro”.» (Sampaio, 2018)

ou não pune a quem de direito, o que destabiliza as populações que se sentem abandonadas à sua sorte.

Os dados mais recentes sobre criminalidade por distritos portugueses constam da Tabela 2. Entre 2016 e 2017, destaca-se o aumento da criminalidade violenta/grave em distritos do interior como Guarda (+35,6%) e Évora (+26,5%), mas também em Portalegre (+19,4%) e Viseu (+16,4%).

**Tabela 2: Criminalidade Geral e Violenta/Grave por Distrito**

Distritos	Criminalidade Geral			Criminalidade Violenta/Grave		
	2016	2017	Var %	2016	2017	Var%
Lisboa	85.375	90.691	6,2	7.699	6.953	-9,7
Porto	57.085	58.342	2,2	2.436	2.246	-7,8
Setúbal	29.425	30.619	4,1	1.858	1.635	-12,0
Faro	21.515	21.907	1,8	998	994	-0,4
Braga	20.207	20.130	-0,4	637	569	-10,7
Aveiro	18.760	19.274	2,7	559	521	-6,8
Açores	9.029	9.255	2,5	165	145	-12,1
Beja	3.838	4.015	4,6	114	98	-14,0
Bragança	3.759	3.799	1,1	63	55	-12,7
Castelo Branco	4.908	5.054	3,0	111	83	-25,2
Coimbra	11.426	10.824	-5,3	382	277	-27,5
Évora	4.219	4.257	0,9	113	143	26,5
Guarda	4.090	4.363	6,7	59	80	35,6
Leiria	12.378	12.346	-0,3	392	356	-9,2
Madeira	6.062	6.468	6,7	205	232	13,2
Portalegre	3.163	3.245	2,6	93	111	19,4
Santarém	12.104	12.903	6,6	371	353	-4,9
Viana do Castelo	6.923	7.236	4,5	152	139	-8,6
Vila Real	5.635	5.787	2,7	115	77	-33,0
Viseu	8.018	8.319	3,8	122	142	16,4
<i>Não Especifico</i>	2.953	3.116	5,5	117	94	-19,7

Fonte: Sistema de Segurança Interna (2018)

Terceiro, políticas de ordenamento do território podem ser problemáticas, se levarem à ingerência do Estado na esfera privada. O que não é do interesse de todos, sobretudo dos cidadãos portugueses que votam mais à direita ou detentores de propriedade rústica, que se sentem ameaçados por aumentos de impostos sobre a propriedade ou de obrigações (de limpeza ou de controlo) excessivas e incompatíveis com o orçamento disponível das famílias; sobretudo se não houver contrapartidas no âmbito da segurança do território.

Quarto, o país é heterogéneo. As elites urbanas teimam em discriminar as províncias, ao invés de valorizar as suas tradições (a não ser que a UNESCO ou a União Europeia lhe atribuam selo de qualidade), de incentivar o rejuvenescimento do seu tecido social e de atrair mais empresas para o interior.

Portugal padece de êxodo rural e regista forte desertificação do interior, porque as populações tendem a concentrar-se nos distritos de Lisboa e do Porto, ou no litoral, na procura de melhores condições de vida, pois é onde encontram trabalho e onde pensam ser mais valorizadas enquanto cidadãos. Portanto, é necessário discutir políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que acelerem o processo de coesão económico-social e

fomentem o desenvolvimento sustentável das áreas vulneráveis, com menos população ativa/contributiva, envelhecidos ou que sofreram de muita emigração. O desenvolvimento do interior é necessário e prioritário, “não é um ato de filantropia, mas de inteligência”.<sup>4</sup>

## **2. Políticas para o Interior – Mais Estado Versus Menos Estado**

O interior atravessa dificuldades. Que fazer? Há três formas de agir, no geral, perante a situação: 1) incentivar à igualdade de oportunidades, deixando o mercado funcionar livremente com base nas leis da oferta e da procura; 2) aplicar o princípio da discriminação positiva do interior; 3) discriminar negativamente os distritos mais desenvolvidos.

Na primeira hipótese, o Estado serve apenas como regulador e confere o máximo de liberdade aos agentes individuais e coletivos para se localizarem onde preferirem. Atendendo às características do povo português, de matriz latina e maioritariamente católica, este sistema só funciona se os privados tiverem responsabilidade social e, assim, compensarem a falta de intervenção estatal; se contribuírem para minorar as assimetrias à sua volta. Por exemplo, quando os indivíduos fazem mecenato, se envolvem em atividades caritativas ou, de alguma forma, participam em dinâmicas locais; e as empresas, por si ou unidas em associações, ajudam os trabalhadores e as suas famílias.

O liberalismo económico, de matriz anglo-saxónica, que obriga à competitividade, à flexibilidade e à mobilidade de todas as faixas sociais (inclusive as mais vulneráveis ou indisponíveis para o fazer por razões culturais, pessoais, etc.) faz escola em países como os EUA mas, em Portugal, pode gerar crises e voto massivo à esquerda, pois as populações estão habituadas a recorrer a algum tipo de rede de segurança.

O nível de intervenção do Estado na esfera privada (na organização social) ou na economia (como forma de contrabalançar as falhas de mercado) depende das propostas, desde as mais moderadas às mais radicais. A discriminação negativa penaliza os mais ricos e as zonas mais desenvolvidas, retirando-lhes riqueza para distribuir, a parte pelo todo, de forma mais equitativa. A discriminação positiva apoia e incentiva os mais pobres e as zonas mais carenciadas, mas sem necessariamente retirar benefícios aos outros.

## **3. Análise das Propostas do Movimento pelo Interior<sup>5</sup>**

O chamado *Movimento pelo Interior* possui o alto patrocínio do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, pelo que as suas propostas de índole fiscal, de ordenamento do

---

<sup>4</sup> «(...) o desenvolvimento do interior do nosso país, não é um ato de filantropia, mas de inteligência. Não só por razões de solidariedade social e territorial, indispensáveis para a construção de uma sociedade equilibrada e justa, mas sobretudo, por força da necessidade de construirmos uma economia e um ambiente, inteligente e sustentável, no nosso país. E é, também, por essa razão, que considero que o encerramento de vários serviços públicos no interior, em particular os tribunais, foi um erro estratégico, em termos do desenvolvimento sustentável do país.» (Todo Bom, 2018)

<sup>5</sup> «O Movimento pelo Interior resulta de uma ideia de Álvaro Amaro, presidente da Câmara da Guarda e líder dos Autarcas Social-Democratas, que depois convidou o socialista Rui Santos, edil de Vila Real. Trata-se de um movimento inorgânico que se irá extinguir depois de 18 de Maio, dia em que é feita a apresentação formal das propostas de valorização do interior numa cerimónia que terá lugar no Museu dos Coches, em Lisboa.» (Santiago, 2018)

território e de educação, são aqui alvo de análise. A ideia subjacente ao projeto é apostar na discriminação a favor do interior.<sup>6</sup>

#### Propostas de Política Fiscal<sup>7</sup>

- Eliminação do limite de 15 mil euros de matéria coletável para que a chamada taxa de IRC do interior (12,5%) seja aplicável a todas as empresas destas regiões do país;
- Tornar o Regime Contratual de Investimento (RCI) – destinado a grandes investimentos, iguais ou superiores a 25 milhões de euros – exclusivo do interior;
- Tornar exclusivos do interior os seguintes regimes já existentes: Benefício Fiscal Contratual ao Investimento Produtivo e o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento. E alongar a vigência de ambos até 2030;
- Eliminar, apenas para empresas do interior, os limites de dedução à coleta do IRC e os limites de dimensão da empresa e investimento relacionados com o atual regime de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos;
- Melhorar apenas para as empresas do interior o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial, eliminando tanto os limites à dedução à coleta de IRC como os limites ao volume de despesa;
- Atrair cérebros tornando exclusivo do interior o atual regime especial de IRS por 10 anos, de forma a captar e manter quadros científicos, técnicos ou artísticos que garantam valor acrescentado, abrangendo não apenas pessoas vindas do estrangeiro mas também oriundas do Litoral do país;
- Permitir que os apoios estatais dados no âmbito de fundos europeus ao interior passem do máximo atual de 25% para o máximo de 45% que é aplicável à Região Autónoma dos Açores.

Ao que parece, o principal objetivo é diminuir os impostos ou conferir incentivos às empresas que queiram localizar-se nas áreas geográficas mais desfavorecidas do território nacional, inclusive através de atribuição diferente os fundos comunitários.

Facilidades fiscais dependem do orçamento de Estado (que variam consoante os anos) e os fundos estruturais dependem da capacidade de negociação do Governo em Bruxelas ou da margem de manobra que Portugal tem, enquanto Estado-membro, de escolher a forma de os aplicar no terreno.

A escolha de mais ou menos intervenção pública na economia é ideológica e depende do modelo de sociedade em que a população quer apostar e que é oficializado/atualizado em período eleitoral. Menos impostos sobre as agentes individuais e coletivos representa menos Estado. Mais incentivos para o interior implica diferente redistribuição dos fundos disponíveis ou aumento da sua captação por outros meios.

No que concerne à captação de pessoas, do litoral ou do estrangeiro, a ideia do *Movimento pelo Interior* é aplicar-lhes um “regime especial” durante dez anos (admitindo que, quem fica uma década, tende a prolongar a sua estada). Não há talvez referência aos cidadãos locais, mas importa não esquecer-los, para que não se sintam forçados a procurar emprego além-fronteiras, após décadas de investimento do Estado na sua instrução formal, o que seria uma perda socioeconómica para o país; nem tentados a abandonar as suas origens, pois são os que melhor conhecem a realidade local. Nessa medida, são as pessoas indicadas para ajudar a identificar os problemas que existem e as necessidades mais

---

<sup>6</sup> «Um programa de intervenção estruturado para o desenvolvimento do interior exige uma aproximação de “discriminação positiva” em todas as áreas de intervenção, em particular, no investimento público, na dotação de todos os serviços públicos de apoio às empresas e às populações, no apoio dos serviços públicos centrais ao investimento e à exportação dos bens produzidos naquelas regiões e um sistema de incentivos ao investimento privado, de base regional, que fomente a fixação de pequenas e médias empresas e crie emprego.» (Todo Bom, 2018)

<sup>7</sup> Santiago, 2018.

prementes; a dinamizar, no seio das suas famílias ou com base nas tradições, o que melhor se faz nas suas aldeias, vilas ou pequenas cidades; a fomentar o empreendedorismo, a modernizar o setor primário, a industrializar, a gerar receitas de turismo.

No geral, o mais importante é captar investimento do exterior, mas também gerar investimento local, catalisadores da economia, que aumentem a produção e criem postos de trabalho. Importa internacionalizar as empresas, no terreno, mas sem descurar a opção do e-commerce. As microempresas, sem possibilidades de expansão, são importantes na medida em que geram emprego e podem aumentar o bem-estar da população.

#### Propostas para Melhor Ocupação do Território<sup>8</sup>

- Majorar em 10% a contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentação dos funcionários deslocalizados durante o período de prestação do serviço no interior;
- Majoração em 25% da contagem do tempo de trabalho para efeitos de progressão na carreira dos funcionários que sejam deslocalizados para o interior;
- Majoração para o dobro dos subsídios de parentalidade e abono de família;
- Atribuir aos funcionários deslocalizados um subsídio no valor equivalente a um salário anual, a ser pago em cinco prestações anuais consecutivas;
- Deslocalizar para cidades do interior 25 serviços públicos a funcionar em Lisboa que tenham pelo menos 100 funcionários por cada serviço. Deslocalização feita a um ritmo de dois serviços por ano, num processo a iniciar em 2020;
- Sediar no interior do país novos serviços públicos. Qualquer serviço público criado que não seja localizado no interior deve ter como justificação uma razão de interesse público;
- Deslocalizar para as regiões do interior os serviços de "BackOffice" dos serviços públicos que se mantiverem em Lisboa;
- Tornar obrigatória a realização de uma avaliação de impacto territorial de todos os projetos de investimento público considerados estruturantes. Objetivo da medida é evitar ou mitigar eventuais impactos negativos relacionados com a coesão territorial ou sustentabilidade do território

E no que concerne ao ordenamento/ocupação do território? Uma hipótese, atualmente em discussão, é apostar na transferência de serviços públicos para o interior. O que implica o regresso a modelo anterior<sup>9</sup> à intervenção da Troica em Portugal (2011/14); ou, se for mais longe, a uma descentralização política que, dependendo do modelo adotado, pode não corresponder ao interesse nacional ou de todos os partidos. Mas é uma questão ideológica.

Importa saber se modelo de descentralização proposto é viável economicamente, se contribui para a sustentabilidade do território e se o país possui disponibilidade financeira para investir no processo, pois certamente implica elevadas despesas, com impacto significativo sobre vários orçamentos de Estado.

Medidas alternativas apostam no empreendedorismo e no dinamismo da economia. «A questão central incide sobre políticas públicas que permitam reter e atrair pessoas nas regiões de baixa densidade, através da dinamização da atividade económica. Isto é possível através da utilização inteligente dos recursos, apoiando uma rede de polos regionais centrados na bioeconomia, incluindo a agricultura inteligente, digitalização, bem-estar e segurança. Existem iniciativas promovidas por autarquias que vão neste sentido, casos do Fundão e Viseu.» (Fernandes, 2018)

<sup>8</sup> Santiago, 2018.

<sup>9</sup> «Considero que o encerramento de vários serviços públicos no interior, em particular os tribunais, foi um erro estratégico, em termos do desenvolvimento sustentável do país.» (Todo Bom, 2018)

De facto, as redes públicas e/ou privadas, baseadas no associativismo ou na troca informal de contactos, ajudam no processo. O *Movimento pelo Interior* inclui uma medida sobre “apoio a programas integrados de desenvolvimento através de parcerias entre as autarquias, associações empresariais e agências de captação de investimento”, como é possível verificar em seguida.

#### Propostas sobre Educação no Interior<sup>10</sup>

- Elevar dos atuais 11% para 25% o número de estudantes nas instituições de ensino superior do interior, processo a decorrer em três legislaturas (12 anos). Objetivo deve ser alcançado através de alterações aos sistemas de acesso e distribuição de vagas, que devem sofrer reduções significativas nas instituições das grandes cidades;
- Criação de Escolas de Pós-graduação no interior mediante o envolvimento de várias instituições de ensino superior tendo em conta diferentes especializações;
- Criar uma marca internacional em cada um dos agregados regionais de ensino superior, para atrair estudantes, docentes e investigadores internacionais;
- Incentivos à atração de estudantes e jovens investigadores para o segundo e terceiro ciclos;
- Reforçar o número de bolsas bem como a sua tipologia. O exemplo referido passa por alargar a bolsa Mais interior também a estudantes do segundo ciclo;
- Capacitação de unidades de investigação no interior através de linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI). Criação de entidades multilaterais entre instituições de ensino, empresas e administração pública com objetivo de criar e estimular a criação de emprego qualificado no interior;
- Linhas de apoio a projeto de inovação social com a colaboração de parceiros privados e públicos a fim de tornar mais eficiente o ensino no interior e melhorar o rendimento escolar;
- Apoio a programas integrados de desenvolvimento através de parcerias entre as autarquias, associações empresariais e agências de captação de investimento;
- Promoção de relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha com o desenvolvimento de programas de mobilidade e criação de linhas de financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), ou do alargamento de programas de ensino e de investigação conjunta relacionados com a transferência e partilha de tecnologia.

A educação é uma aposta ganha quando os cidadãos realmente aumentam o seu nível de instrução formal com base no conhecimento. É especialmente útil aprender a pensar e a adaptar-se às necessidades do mercado, a inovar e, se necessário ou quando há vocação nesse sentido, a empreender e a criar o seu próprio negócio.

Como o interior nem sempre tem jovens suficientes ou candidatos nacionais para preencher as vagas disponíveis, uma das apostas dos estabelecimentos de ensino tem sido a internacionalização, para captar estudantes estrangeiros ou apostar no intercâmbio académico. Um dos casos paradigmáticos é o Instituto politécnico de Bragança, em que os estrangeiros correspondem a 26% dos alunos inscritos, mais de metade dos quais são brasileiros e cabo-verdianos (lusófonos, portanto), que até se envolvem na dinâmica local, por exemplo, voluntariando-se como Bombeiros (Silva e Miranda, 2017).

Podem referir-se mais exemplos, para efeitos ilustrativos. Em 2017, a Universidade de Évora assinou um protocolo de cooperação bilateral com o Instituto de Formação Turística de Macau. «O acordo prevê a criação de um mestrado entre as duas instituições, uma vez que a oferta formativa do IFT de Macau contempla apenas licenciaturas, entre outras iniciativas em áreas como a conservação e restauro, cursos de verão, estágios e

---

<sup>10</sup> Santiago, 2018.  
Maria Sousa Galito  
CI-CPRI, AO, N.º 42

mestrados conjuntos nas duas instituições, e o intercâmbio de professores para leccionamento de atividades, palestras e *workshops*.» (Rádio Campanário, 2017)

A Universidade do Minho e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) assinaram um protocolo de colaboração com o Centro Nacional de Supercomputação de Barcelona, para que seja instalado em Braga um supercomputador com «(...) aplicações em diversas áreas, como a bioinformática, o clima, a segurança marítima, as pescas, a mobilidade nas cidades ou a gestão de risco de incêndio nas florestas. O supercomputador fará parte do futuro centro de computação avançada da Universidade do Minho (*Minho Advanced Computing Center*) e servirá o futuro Centro de Investigação Internacional sobre o Atlântico nos Açores (*AIR Center*), uma rede que envolve vários países em áreas como o processamento de dados, clima, espaço ou oceanos.» (Jornal de Notícias, 2018)

Ainda no âmbito das relações transfronteiriças, o Governo português apostou no transporte ferroviário. Admite-se que «(...) atualmente Espanha tem uma rede ferroviária atualizada, além de dispor de um transporte de alta velocidade eficiente, sobretudo nas linhas Madrid-Barcelona e Madrid-Sevilha. Em termos gerais, Espanha tem comboios modernos, com os melhores padrões tecnológicos europeus, enquanto Portugal tem linhas ferroviárias decrépitas e comboios velhos, que em alguns casos circulam com mais de 50 anos» (Manuel Queiró *apud* Palma-Ferreira, 2017).

O porto de Sines, por exemplo, passa a ter ligação diária com o porto Seco de Sevilha, para que seja possível ligar o Atlântico ao Mediterrâneo, medida que tem vantagens económicas mútuas. «O serviço ferroviário pertence à MSC (*Mediterranean Shipping Company*), através da *Medway*, e visa a melhoria da conectividade e redução dos tempos de importação e exportação das mercadorias da região sul e ocidental de Espanha, que têm o mercado americano e do norte da Europa como alvo.» (Rádio Campanário, 2018)

A ligação Évora-Mérida está a ser planeada enquanto troço de 17 quilómetros (7 entre Elvas/Caia e 10 entre Badajoz/Elvas). Será uma ligação ferroviária de mercadorias, pois «(...) o ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, garantiu que Bruxelas decidiu sobre uma linha "de alto desempenho para mercadorias" e não há qualquer investimento atual em comboio de alta velocidade para passageiros.» (Diário de Notícias, 2018)

Sem esquecer que ligações rodoviárias ou ferroviárias possuem vantagens económicas, mas também unem territórios de uma forma que pode ser ideológica; sobretudo quando a aposta terrestre (Portugal enquanto continuidade de Espanha, num espaço ibérico com tendência para fundir-se num só) é feita em detrimento da aérea (Portugal como mercado alternativo a Espanha, como porta de entrada/saída atlântica da União Europeia); ou se privilegiam políticas públicas que fomentem o intercâmbio junto à fronteira.

## Conclusão

O interior de Portugal tem sido negligenciado, mas parece estar a receber atenção especial na sequência da tragédia dos incêndios (2017). O que pode ser uma oportunidade para repensar estrategicamente o país, não só no seu todo, mas consoante as necessidades e prioridades dos seus distritos. Importa questionar se interessa uma política de descentralização política e em que moldes, pois pode abrir portas à regionalização.

O modelo de intervenção não é neutro, pelo que não deve ser apenas elaborado burocraticamente, mesmo admitindo algum consenso entre os principais partidos com

assento parlamentar; e deve levar em consideração a vontade das populações, pois vive-se em regime democrático. Quem mais sabe sobre o interior são as suas populações e estas devem ser ajudadas, pelo governo central, a definir a sua ação com base em estratégias de interesse nacional que levem em consideração as devidas dinâmicas locais, para evitar aumentar as assimetrias e injustiças no terreno. Ou seja, para que o remédio não mate mais do que a doença e a emenda não seja pior do que o soneto e, no interior, a sabedoria popular é secular, pelo que não deve ser negligenciada.

## Bibliografia

Amaral, Luís (2017). “Agricultura Biológica como Ferramenta de Redução dos Incêndios Florestais”. *Voz do Campo*, Agrociência-Bio-Floresta. URL: <http://vozdocampo.pt/2017/11/13/agricultura-biologica-ferramenta-reducao-dos-incendios-florestais/>

Fernandes, António Fontainhas (2018). “Que Políticas Públicas para a Revitalização do Interior”. *Jornal de Notícias*, 30 Janeiro. URL: <https://www.jn.pt/opiniao/antonio-fontainhas-fernandes/interior/que-politicas-publicas-para-a-revitalizacao-do-interior-9083287.html>

Diário de Notícias (2018). “Comissão Europeia Não Exige que Ligação Évora-Mérida Seja de Alta Velocidade”. *Economia*, 26 Abril. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/comissao-europeia-nao-exige-que-ligacao-evora-merida-seja-de-alta-velocidade-9287910.html>

Jornal de Notícias (2018). “Protocolo de colaboração entre Portugal e Espanha para supercomputador assinado na sexta-feira”. *Nacional*, 11 Janeiro. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/protocolo-de-colaboracao-entre-portugal-e-espanha-para-supercomputador-assinado-na-sexta-feira-9040856.html>

Palma Ferreira, João (2017). “Investimento na Ferrovia em Risco de Derrapar”. *Jornal Expresso*, 9 Julho. URL: <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-07-09-Investimento-na-ferrovia-em-risco-de-derrapar#gs.7Pt9hzE>

Rádio Campanário (2017). “Universidade de Évora e de Macau Firmam Protocolo Académico”. *Últimas, Regional*, 25 Outubro. URL: <https://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/universidade-de-evora-e-de-macau-firmam-protocolo-academico>

Rádio Campanário (2018). “Porto de Sines com Ligação Ferroviária a Sevilha Reforçada”. *Últimas, Regional*, 20 Março. URL: <https://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/porto-de-sines-com-ligacao-ferroviaria-a-sevilha-reforcada>

Sampaio, Gustavo (2018). “Incêndio no Pinhal de Leiria foi planeado um mês antes da tragédia, revela investigação da TVI”. *O Jornal Económico*, 14 Abril. URL: [www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/incendio-no-pinhal-de-leiria-foi-planeado-um-mes-antes-da-tragedia-revela-investigacao-da-tvi-294116](http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/incendio-no-pinhal-de-leiria-foi-planeado-um-mes-antes-da-tragedia-revela-investigacao-da-tvi-294116)

Santiago, David (2018). “Conheça as Medidas do Movimento que Quer Revitalizar o Interior”. *Jornal de Negócios*, 7 Maio. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/conheca-as-medidas-do-movimento-que-quer-revitalizar-o-interior>

Silva, Samuel e Miranda, Adriano (2017). “Aqui os Estrangeiros só lamentam uma Coisa: Isso mesmo, o frio”. *Jornal Público*, 26 Dezembro. URL: <https://www.publico.pt/2017/12/26/sociedade/reportagem/porque-aumentam-os-estrangeiros-em-braganca-1797029>

Sistema de Segurança Interna (2018). “Relatório Anual de Segurança Interna – 2017”. *SSI – Gabinete do Secretário-Geral*, pp. 1-237. URL: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>

Todo Bom, Luís (2018). “O Desenvolvimento do Interior”. *Jornal de Negócios*, 6 Maio. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/luis-todo-bom/detalhe/o-desenvolvimento-do-interior>

TSF (2017). “2017/Incêndios: Mais de 100 Mortos no Pior Ano de Fogos em Portugal”. *Rádio Notícias – Economia*, 4 Dezembro. URL: <https://www.tsf.pt/lusa/interior/2017/incendios-mais-de-100-mortos-no-pior-ano-de-fogos-em-portugal-8961300.html>